



# Museologia Social e mediação da informação: uma análise da documentação museológica no MM Gerdau Museu das Minas e do Metal

*Social Museology and information mediation: an analysis of museum documentation at the MM Gerdau Museum of Mines and Metal*

Juliana Carolina Ferreira Candido <sup>1</sup>   
Renata Cardozo Padilha <sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: [julianamuseo2020@gmail.com](mailto:julianamuseo2020@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4823222488155091>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: [renata.padilha@ufsc.br](mailto:renata.padilha@ufsc.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305102076032900>.

**Como citar este artigo (ABNT):** CANDIDO, Juliana Carolina Ferreira; PADILHA, Renata Cardozo. Museologia Social e mediação da informação: uma análise da documentação museológica no MM Gerdau Museu das Minas e do Metal. *Museologia e Patrimônio*, v. 19, n. 1, 2026, p. 65-92. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2026v19n1p65-92>.



**Submetido em:** 7 abr. 2026

**Aprovado em:** 12 jun. 2026

**Edição:** Charles Narloch, Ludmila Leite Madeira da Costa

**Conflitos de interesse:** Os autores declaram que não há conflito de interesses

**Disponibilidade dos dados:** Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento

## RESUMO

Este artigo analisa o papel dos museus como mediadores da informação em contextos marcados pela intensificação da desinformação, à luz da Museologia Social e da Ciência da Informação. Parte-se da compreensão de que os museus, enquanto lugares de memória e de poder, produzem narrativas a partir de processos de seleção, documentação e musealização, os quais influenciam diretamente a construção e a circulação da informação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão teórica e estudo de caso do MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal. A análise evidencia que, embora a instituição desempenhe relevante papel na valorização da identidade mineira, sua narrativa expográfica privilegia uma perspectiva positiva da mineração, em detrimento de conflitos sociais, ambientais e históricos associados à atividade. Nesse sentido, discute-se a desinformação não apenas como a circulação de conteúdos falsos, mas também como resultado de silenciamentos, omissões e disputas de memória. Conclui-se que a documentação museológica constitui um dispositivo central na mediação da informação, sendo fundamental para o fortalecimento da função social dos museus, especialmente no que se refere à promoção de práticas mais críticas, transparentes e inclusivas.

**Palavras-chave:** Museu. Museologia Social. Informação. Desinformação. MM Gerdau Museu das Minas e do Metal.

## ABSTRACT

*This article analyzes the role of museums as mediators of information in contexts marked by the intensification of misinformation, drawing on Social Museology and Information Science. It is based on the understanding that museums, as spaces of memory and power, produce narratives through processes of selection, documentation, and musealization, which directly influence the construction and circulation of information. The study adopts a qualitative approach, grounded in a theoretical review and a case study of the MM Gerdau – Museum of Mines and Metal. The analysis reveals that, although the institution plays a significant role in valuing the identity of Minas Gerais, its exhibition narrative tends to privilege a positive perspective on mining, to the detriment of the social, environmental, and historical conflicts associated with this activity. In this sense, disinformation is discussed not only as the circulation of false content, but also as a result of silences, omissions, and disputes over memory. It is concluded that museum documentation constitutes a central device in information mediation, being essential for strengthening the social role of museums, particularly with regard to promoting more critical, transparent, and inclusive practices.*

**Keywords:** Museum. Social Museology. Information. Misinformation. MM Gerdau – Museum of Mines and Metals.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

É de senso comum que o museu seja percebido como um lugar de memória. Embora transmita a impressão de preservar o passado, o museu não pretende conservar um significado eterno inerente aos objetos. Pelo contrário, atribui novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos (Santos, 2001). À medida que selecionam memórias com a intenção de salvaguardá-las, as instituições museais estão constantemente construindo novas narrativas a partir dessas escolhas. Embora ofereçam a ilusão de uma continuidade histórica entre diversas culturas e tradições, ou ainda de uma unidade cultural entre povos e nações, tais instituições não têm a capacidade de apresentar todos os pontos de vista sobre determinado tema, tampouco podem salvaguardar – no sentido de manter imunes às transformações do tempo e do espaço – o passado, as comunidades ou os grupos sociais em que se inserem.

Dito isso, os objetos presentes nos museus são resultados de uma multiplicidade de construções sociais e representações coletivas (Santos, 2019). E ao falar dessas construções sociais e coletivas, precisamos falar da Museologia Social, tal como entendida por Mário Chagas (2002). O autor relaciona a memória com as relações sociais e de poder que são inerentes à memória representada através do fato museal, conceito proposto por Waldisa Rússio (1989). Ao propor um novo olhar acerca da Museologia, Chagas questiona as estruturas de poder que envolvem a memória e, em uma reflexão sobre quem tem vontade de memória e quem tem direito a ela, explicitando uma relação de poder que agencia o patrimônio. O autor relaciona em seus estudos a todo o tempo a memória ao poder e discute como os conflitos entre esses dois elementos atravessam as instituições museais, que segundo ele são instituições de salvaguarda de objetos representativos da sociedade.

Para Chagas (1999), os museus se apresentam como locais de culto ao passado, como repositórios da memória e da história. Eles também conferem caráter institucional, legitimam e disseminam determinadas narrativas. Como esclarece Mário Chagas, “[...] os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder” (Chagas, 1999, p. 33). Do ponto de vista histórico, museus são “lugares de memória”. Para o historiador Pierre Nora (1993), os museus abrigam

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão ampliada do trabalho submetido, avaliado, aprovado e apresentado pelas autoras no XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no Rio de Janeiro, RJ, em 2025.

coleções de objetos elevados ao lugar de patrimônio, especialmente escolhidos para narrar a história de determinadas comunidades, forjar símbolos, heróis e identidades. São lugares de memória, porque possuem a intenção de memória, ou seja, têm como finalidade lembrar acontecimentos e personalidades, já que "a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais" (Nora, 1993, p. 22).

Como lugares de poder, os museus são responsáveis pela seleção daquilo que legitimam. Para Chagas, a memória parte também da vontade de memória que resulta, em sua materialidade, na vontade de museu.

No mundo contemporâneo vive-se a experiência de uma "vontade de memória e de patrimônio" generalizadas e de uma "vontade de museu" que gradualmente se amplia, ainda que mantenha as especificidades e particularidades de cada experiência concreta. Essas vontades (ou desejos) de memória e de patrimônio não são uma exclusividade do mundo contemporâneo; em diferentes grupos sociais e em diferentes épocas podemos percebê-las e identificá-las (Chagas, 2010 p.1).

Buscando discutir diversos modos de suprir essa vontade de memória, há tempos se discute que a Museologia não é apenas a ciência dos museus. Interdisciplinarmente ela vai nos levar a refletir memórias, identidades, contextos históricos, educação, meio ambiente, a sociedade e toda a sua complexidade. O fato museal, expresso das mais tradicionais até as mais pós-modernas instituições através dos objetos, se expressa nesses importantes pontos de memória onde se projetam histórias, emoções, as relações no espaço e tempo. Tendo como objeto de estudo a relação entre o ser humano e o objeto, é fato então que a Museologia acompanha a complexidade das relações humanas que interagem com tais objetos, lugares e memórias. Durante a graduação, busca-se enxergar a Museologia como uma ciência interdisciplinar e, ao se pensar em acervos como partes de uma coleção, tende-se a achar que os objetos por si só tendem a se comunicar com seus públicos.

Os vários conceitos de museu estabelecidos - das coleções particulares aos acervos públicos - vêm mantendo um fio condutor inalterado: *construir o memorável*. Tomado na acepção básica de recolher, organizar e expor aquilo que deve ser mantido e preservado, o museu permaneceria aprisionado à redução da materialidade do objeto museológico, em resposta à subjetividade humana. O objeto em sua utilização

temporária mantém a garantia da sacralização permanente. São o tempo e os tempos museológicos. (Castro, 2009, p. 8)

Ana Lúcia Castro (2009) apresenta a ideia de um museu do sagrado e do segredo, onde na medida em que sacraliza seus objetos, escolhe o que é sagrado e esconde o que é segredo aos públicos. Estes objetos, antes mesmo de serem inseridos no interior da instituição, já passam por um processo de escolha e ao escolher o que acolhe, a instituição também escolhe o que esconde. Este é o conceito do segredo, o que as instituições escondem quando escolhem o que musealizar. Castro apresenta o museu como este lugar da guarda da memória, que de alguma maneira está vinculada à guarda de um patrimônio, um objeto museal.

Mário Chagas (1990) propõe um novo fazer museológico apresentando novos olhares sobre o fato museal, uma contrapartida para a museologia tradicional. Para Chagas, algo que se observa no conceito de Rússio é que ela parece retroceder, de certa forma, observando que o fato museológico se faz num cenário institucionalizado, que no caso é o museu. Chagas se propõe então a pensar o fato museal para além da instituição. Dessa forma, Chagas propõe como conceito a Museologia Social, que busca fazer o uso social da memória. Para além da Nova Museologia, Chagas propõe um novo fazer museal que também questiona as estruturas tradicionais do museu. De maneira conceitual, Chagas e Gouveia (2014) apresentam, nos Cadernos do CEOM, a seguinte definição:

A denominada nova museologia, desde a sua origem abrigava diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia crítica, museologia dialógica e outras. A perda de potência da expressão nova museologia contribuiu para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia (Chagas; Gouveia, 2014, p. 15).

Desta forma, compreendemos que Chagas navega nessa dimensão de ampliar o trabalho antes conceituado por Rússio para propor uma museologia que questiona as estruturas de poder contidas no uso e seleção do patrimônio e da memória, e propor uma Museologia Social que seja crítica. De maneira teórica, Castro (2009), Chagas e Gouveia (2014) tecem conceitos que nos fazem pensar uma museologia não tradicional que ultrapasse as barreiras do museu que se conhece. Portanto, este trabalho se justifica no desafio de aplicar os conceitos da Museologia Social nas instituições existentes, fazendo uma museologia acessível e principalmente, que apresente informação de qualidade e se comunique com os

públicos, que contribua com os diversos debates sociais que o museu propõe. Ao mesmo tempo, vivemos uma era digital com uma carga informacional intensa, que questiona os modelos tradicionais de comunicação e dissemina desinformação. Neste processo de musealização, buscamos analisar como a documentação museológica pode propor, na prática, para além da teoria social, uma nova maneira de repensar acervos, tornando-os acessíveis aos diversos públicos. Consideramos este um processo muito importante pois transforma o fato museal em informação a ser recebida e comunicada aos públicos.

Como procedimento metodológico, será utilizada a metodologia de análise descritiva de caso, sob uma abordagem qualitativa. A partir de uma revisão teórica sobre a Museologia Social e a documentação museológica, propomos uma observação a partir de uma visita realizada o MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal. Buscou-se também analisar como a documentação museológica pode propor uma nova maneira de repensar acervos, tornando-os acessíveis a diversos públicos. E, falando de informação, vivemos tempos pós-pandêmicos onde enfrentamos ondas de desinformação com consequências gravíssimas. Neste sentido, questionamos: como o museu pode ser um aparelho cultural capaz de cumprir seu papel social oferecendo aos seus públicos um local de informação confiável e de qualidade?

## **SOBRE A MUSEOLOGIA SOCIAL**

Na pós-modernidade, podemos dizer que o museu tende a ser compreendido como fenômeno, ao ser debatido e experienciado pelo público, a partir de diversas perspectivas. O surgimento de novas visões sobre o museu e sobre seus processos tem como um dos marcos históricos a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM). A trajetória da Museologia no início do século XX foi marcada pela quebra da imposição ideológica sobre um pensamento cristalizado a respeito das práticas museológicas. Podemos situar essa mudança na construção da Museologia no contexto apresentado por Carvalho (2017), que em sua perspectiva diz que o movimento de imposição teórica de práticas e modelos de museus foi sendo questionado na medida em que a sociedade foi se transformando, diante da percepção da diversidade cultural, geográfica, ambiental, social etc., ignorada por décadas pelas instituições.

A partir do momento em que foram pensadas e desenvolvidas práticas museológicas que contrariavam a perspectiva tradicional, novas vertentes de pensamento foram ganhando espaço nos debates de encontros internacionais (Moura, 2020). Um momento especial, no século XX, que gerou grande reflexão sobre o pensamento tradicional na Museologia foi a Mesa Redonda de Santiago, ocorrida em 1972, em Santiago do Chile. Com o propósito de discutir o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo, profissionais, consultores e especialistas da área se reuniram para repensar um modelo de museu, mais alinhado com as particularidades culturais, econômicas, ambientais e tecnocientíficas das nações Latino-Americanas.

Apesar de a Mesa Redonda ter sido importante para a revisão do pensamento museológico, foi na IX Conferência Geral da ICOM, em Grenoble (1971), que foram traçadas as primeiras linhas de discussão crítica sobre a museologia tradicional e ortodoxa (Moura, 2020). Entretanto, as discussões que aconteceram no evento realizado no Chile contribuíram, em certo sentido, para ampliar o olhar de museólogos, ao defender uma museologia mais próxima da realidade social, em específico da realidade dos países da América Latina. As discussões que aconteceram em Santiago trouxeram diretrizes para um novo museu, começando pela necessidade de museólogos latino-americanos conceberem seus planejamentos e ações educativas considerando os problemas técnicos, sociais, econômicos e antropológicos do ambiente no qual a instituição está inserida.

Assim, alguns museus na América Latina, conforme apresenta o Relatório da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, passaram a se preocupar em promover não apenas o prazer apreciativo, estético, mas também, antes de tudo, estimular o desenvolvimento dos visitantes, por meio, principalmente, de ações educativas, visando a reestruturação da instituição museu, pautando-se, fundamentalmente, em novos contextos e objetivos. Seguindo esses pressupostos, é elaborada em 1984 a Declaração de Quebec, na qual se dá o reconhecimento da “Nova Museologia” e em consequência é criado, um ano depois, em 1985, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINOM. Ainda em 1984, a Declaração de Oaxtepec assume um trinômio de base para uma nova ação museológica: patrimônio-território-população e pela primeira vez refere o Ecodesenvolvimento. Em 1992, vinte anos após a Mesa Redonda de Santiago, é elaborada a Declaração de Caracas, um documento que busca atualizar os conceitos do documento de Santiago (Primo, 2011).

A afirmação da Museologia Social não implica a negação de outras museologias, mas sim a compreensão de que existem tendências museológicas que se alinham à espetacularização e à tentativa de padronizar museus e procedimentos técnicos e que também existem outros caminhos, outras formas de pensar e praticar a Museologia (Chagas; Gouveia, 2014).

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas; mas isso não acontece, não é verdade e sobre esse ponto não devemos e não podemos ter ingenuidade (Chagas; Gouveia, 2014, p.17).

O museu pode ser visto, na visão dos autores, como um fenômeno da modernidade ocidental que tem aproximadamente duas centenas de anos. É importante que se analise o museu sob essa ótica pois demonstra o fato de que o saber fazer e o saber lidar com os museus são aprendizados recentes e que, por isso mesmo, está frequentemente em transformação e assume novos desdobramentos e ressignificações. Na década de sessenta do século XX, alguns teóricos chegaram a teorizar sobre a “morte dos museus”, um perigo iminente. Curiosamente, o que se observou foi o contrário, os museus não apenas não morreram, como se renovaram e se multiplicaram em grande volume e diversidade (Júnior; Chagas, 2010).

Assim, na contramão de tudo o que se esperava, os museus, de maneira geral foram ressignificados e conquistaram grande centralidade no cenário político e cultural do mundo contemporâneo. Da mesma maneira, eles deixaram de ser compreendidos pelas autoridades apenas como casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural. A Museologia Social é uma abordagem que propõe que os museus sejam utilizados como ferramentas comunitárias e participativas. Segundo definição do IBRAM (2023), seu objetivo é que as pessoas possam pesquisar, compreender, preservar e divulgar suas próprias histórias nos seus próprios termos.

Dessa forma, a Museologia Social defende que as decisões sobre quais memórias devem ser preservadas sejam tomadas coletivamente, permitindo que cada comunidade controle a narrativa sobre si mesma. Isso fortalece a identidade comunitária ao estabelecer conexões críticas entre o passado, o presente e os futuros desejados. Assim, a Museologia Social surgiu como uma crítica aos museus tradicionais, que muitas vezes refletem a visão de mundo das classes mais abastadas. Em vez disso, ela promove a democratização dos museus, permitindo que as comunidades se apropriem das tecnologias museológicas como instrumentos de autorrepresentação e ferramentas políticas.

Do ponto de vista teórico, a Museologia Social apresenta os conceitos necessários para repensar os museus. Do ponto de vista estrutural, é necessário que se pense na aplicação da Museologia Social no interior destas instituições. Ainda que existam outros caminhos e formas de se pensar e praticar a Museologia, os museus tradicionais, que seguem sendo questionados, necessitam de ferramentas que acompanhem a didática da Museologia Social e busquem soluções que acompanhem as mudanças do tempo e das maneiras de se comunicar com os públicos. Pois, se os museus são ferramentas de comunicação, é necessário que se compreenda quais os patrimônios já reconhecidos pelas estruturas sociais como relevantes e deixá-los acessíveis aos públicos, para que este patrimônio seja absorvido como conhecimento pelas pessoas, para que haja pertencimento, desejo de memória, para que haja reflexão crítica a respeito da memória salvaguardada.

Falando da aplicação dos conceitos da Museologia Social no interior das instituições, é necessário que se olhe também para os processos de musealização dos acervos. Ao acolher algum objeto no interior de uma instituição, este objeto passa por um processo de documentação, onde são compreendidas todas as informações, intrínsecas e extrínsecas àquele bem. E a qualidade dessa informação documentada reflete na narrativa apresentada e na comunicação desse acervo com o público, expressa através da exposição. Para discutir a aplicação da Museologia Social nas instituições, é necessário então que se repense os métodos de documentação. Segundo Ferrez, “a documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem com a fotografia” (Ferrez, 1994, p.1). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes

de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Nessa perspectiva, o objeto surge como documento, como um suporte de significações e a exposição como um discurso que visa a produção de sentido. Os objetos, que em algum momento foram produzidos pelo homem, são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para serem musealizados, precisam ser identificadas (Ferrez, 1994, p.1). Existem vários caminhos para se conceituar o processo de musealização. Para Brulon (2018), “musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade. Processo este que escapa aos limites do museu” (Brulon, 2018, p.190). Para ele, então, musealizar diz respeito à atribuição de um sentido simbólico ao objeto.

Para Cury (2020), a musealização deve ser vista sob a ótica da tríade dos conceitos, anteriormente trabalhados por Stránký (1969). O primeiro conceito é *musealia*, que sugere o conceito de objetos de museus (e não objetos no museu) ou objetos museológicos. O segundo conceito é “musealidade” como “qualidade” ou “valor” dos *musealia*.

Um conceito está imbricado no outro e o que os une e dá sentido é a musealização, uma vez que é o processo de “reposicionamento” dos objetos em outro lugar, o museu, passando para outro sistema cultural, a preservação, e por outras lógicas, a museografia, para distintas finalidades – pesquisa e comunicação e, no caso dos museus universitários, o ensino (Cury, 2020, p.133).

A tríade, quando analisados juntos os seus elementos, concilia na visão da autora a disputa do objeto de estudo da Museologia, dividido por muito tempo entre teoria e prática que se dá no museu. Cury (2020) reflete sobre os conceitos de musealização, musealidade, *musealia* e museografia para definir que, assim como são as instituições, também são múltiplos os processos que transformam os objetos, ou *musealia*, em informação a ser recebida pelos públicos. Esses objetos, ao serem incorporados ao acervo de um museu, ganham uma relevância adicional para além do seu valor original. Isso ocorre através da contextualização e pesquisa que os acompanham, transformando-os em itens de importância cultural, histórica ou científica.

Sua importância vem sendo gradativamente reconhecida, na medida em que o corpo prático-teórico da Museologia se torna menos empírico e os museus passam a atuar mais como

instituições sociais, criadas para prestar serviços a uma comunidade que, por sua vez, deve legitimá-las. O acervo dos museus, geralmente, é aberto para pesquisa aos públicos acadêmicos e de especialistas. Hoje vemos o gerenciamento de acervos digitais como a Plataforma Tainacan<sup>2</sup>, que buscam a democratização do acesso desses objetos. Como esse acesso restrito a públicos específicos, como pesquisadores, é tão antigo diante das recentes discussões sobre leis de transparência e de acesso à informação? O que isso comunica à sociedade e a quem pertence o direito de memória? Como a documentação museológica pode ajudar a resolver as principais problemáticas apresentadas pela Museologia Social? Desde a estrutura dos museus, suas políticas de acervos e plano museológico, de pesquisa e de comunicação? Estas são algumas das indagações que procuro trazer neste texto e que nos levam também a pensar no processo de musealização dos objetos.

## **DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO: ACERVOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO**

Para Padilha (2014) a documentação diz respeito ao registro de toda informação referente ao acervo museológico. Para a autora, “a documentação museológica pode ser abordada por dois vieses: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu”. Sobre o processo de documentação do objeto, Padilha (2014) destaca a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação.

Ao ser adquirido pelo museu, o objeto perde e ganha informações. No que tange à sua utilidade, as informações referentes à sua função antes e depois de entrar no museu devem ser registradas, por exemplo, quando novos usos são dados por meio de exposições, pesquisas, publicações, entre outras (Padilha, 2014, p. 35).

---

<sup>2</sup> O Tainacan é uma plataforma brasileira de código aberto voltada para a gestão e difusão de acervos digitais. O projeto teve início em 2014, por meio de parceria entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade de Brasília (UnB), sendo lançado oficialmente em 2018. Desde 2021, integra a infraestrutura digital do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), contribuindo para a catalogação e difusão dos acervos dos museus federais.

Padilha (2014) deixa claro que é necessário documentar também o caminho do objeto na instituição, pois ele pode sofrer intervenções, seja por deterioração ou restauro, por exemplo. No geral, o que a autora sugere é que se deve documentar o objeto de modo mais completo possível, reunindo o máximo de informações que se pode ter deles.

Na maioria das vezes, encontra-se maior facilidade na recuperação de informações intrínsecas ao objeto, uma vez que se trata da descrição física, do que das informações extrínsecas, tendo em vista que é necessário recuperá-las por meio de outras fontes e que nem sempre são encontradas e, por isso, acabam não sendo registradas (Padilha, 2014, p. 36).

Sendo assim, a documentação museológica é considerada uma das principais vertentes na gestão dos acervos em museus, responsável por organização, registro e mediação da informação. Partindo deste princípio, uma das preocupações centrais do museu deve ter, como prioridade, segundo Reis, Morais, Barros e Junior (2019), desenvolver e adotar métodos que possibilitem a documentação de suas coleções. Caso isto não seja possível, este não cumpre seu papel como instituição de promoção do conhecimento a partir da organização de suas coleções.

O documento pode ser qualquer coisa material, desde que contenha um novo significado para o contexto museológico [...], opta-se por afirmar que a forma diz respeito a toda característica intrínseca do objeto museológico, conceituada como as dimensões físicas do documento, e o conteúdo refere-se à característica extrínseca do objeto, como seu contexto, trajetória ou estilo (Reis; Morais; Barros; Junior, 2019. p. 91).

As peças que não passam por este processo, não se caracterizam como acervo e tão pouco de acordo com a Camargo-Moro (1986), um museu que não possui suas informações atualizadas e em boas condições não está cumprindo com a função de preservação da memória. Deste modo, é possível compreender que um processo de documentação de acervos museológicos se define pela sua importância na coleta e sistematização de dados, onde estes são caracterizados pelas referências extrínsecas e intrínsecas do objeto salvaguardado. Quando falamos do valor simbólico dos acervos, assumimos o significado social desses objetos, o que eles representam para as pessoas, aos grupos sociais. Segundo Durval Lara Filho (2009), a participação do museu na produção do conhecimento e a transformação do objeto em documento ao ser acolhido na instituição, e a consequência dessa transformação, é que o

museu passa a trabalhar não só com bens materiais, mas simbólicos. Citando Ulpiano Bezerra de Meneses, que também apresenta sua conceituação, Lara Filho ressalta:

O museu é local de contemplação, de fruição, de prazer; possui compromissos educacionais, funções sociais, mas principalmente insere-se no universo do conhecimento. Nele, o objeto surge como documento, como um “suporte de significações” (Bezerra de Meneses, 1994, p. 24) e a exposição como um discurso ou narrativa que visa a produção de sentido. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1994, p.14), “rigorosamente todos os museus são históricos”, pois operam nas dimensões de espaço e tempo, como nas palavras de Crang (1994) apud Bezerra de Meneses (1994)“, quer seja como organização sincrônica ou diacrônica (Filho, 2013. p. 164).

A documentação é o processo, ou um conjunto de processos que resultam na transmissão da informação através do objeto museal. Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. Os autores e museólogos Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro e José Mauro Matheus Loureiro (2013) abordam o conceito de musealização como processo por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento.

Segundo os autores, o processo de musealização possui uma dimensão informacional enfatizado por inúmeros autores, como Ulpiano Bezerra de Meneses, para quem o eixo da musealização é o processo de transformação do objeto em documento, e associa o amadurecimento teórico da disciplina Museologia ao reconhecimento do valor informativo do objeto e, conseqüentemente, de seu estatuto de documento. A separação entre a posse do objeto e o acesso ao conteúdo acontece desde a passagem da coleção privada para o museu e amplia-se muito com os meios de comunicação em massa.

O museu é essencialmente uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos, e esse processo de musealização introduz referências a outros espaços, tempos e significados na contemporaneidade que é a do museu, da exposição e seu usuário. Nesse sentido, a prática da maioria de nossos museus ainda está longe de assegurar que seus acervos ou respectivas informações sejam bem documentadas e facilmente recuperáveis. Para Filho (2013), a taxonomia dos museus “tende à reificação” ou à “fetichização” ao basear-se mais nos tipos ou categorias de objetos de seu acervo do que em “campos de conhecimento e problemas humanos” (Filho, 2013, p.113). No entanto, mesmo sendo uma instituição pública

e aberta, muitas vezes de acesso gratuito, a frequência aos museus é muito baixa se comparada a outras atividades culturais.

Há também uma preocupação crescente com o caos documental, a existência de museus cheios de objetos pouco ou nada documentados e as exigências administrativas de maior controle no que diz respeito aos documentos legais de aquisição e empréstimo de acervo. Para Padilha (2014), a falta de documentação do acervo acaba limitando e prejudicando todo o trabalho do (e no) museu, pois inutiliza os objetos, uma vez que não permite o acesso às informações contidas nele, e, por conseguinte, reduz sua função social e cultural dentro de uma comunidade” (p. 38). O surgimento, em muitos museus, do departamento de registro, as recentes mudanças na orientação da museologia tradicionalmente centradas nas propriedades físicas dos objetos, no sentido de preservar também as informações referentes ao contexto dos mesmos e uma maior consciência do papel social dos museus, são alguns dos fatores que têm levado a se repensar o papel da documentação e dar-lhe a devida importância.

Quanto ao papel do museólogo e do profissional responsável pelo acervo do museu, é preciso pensar que, uma vez que são mediadores entre o público e o acervo, é necessário estar atentos a alguns princípios básicos relacionados à sua ação quanto aos procedimentos de documentação museológica. Para Padilha (2014), o profissional deve realizar o registro da informação de cada objeto museológico pertencente ao museu. É necessário que se busque também, segundo ela, fontes de informação complementar caso necessário, e adquiri-la por meio de outras fontes bibliográficas, orais, documentais, fotográficas, entre outras. A autora então elucida que “o objetivo maior da documentação é que as informações estejam acessíveis ao público em geral, aos pesquisadores especializados, aos funcionários da instituição, entre outros usuários, no momento em que forem recuperar a informação no acervo” (Padilha, 2014, p.38). Portanto, cabe ao profissional responsável pelo acervo investigar as inúmeras potencialidades informacionais dos objetos museológicos. Da mesma forma, cabe a instituição compreender a potencialidade informacional de seu acervo, e disponibilizá-lo de maneira ética aos públicos, para que se cumpra sua função social.

## INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: O MUSEU COMO FONTE DE INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

As exposições museológicas funcionam como sistemas comunicacionais com lógica própria, vinculadas à pesquisa e à ação cultural, envolvendo salvaguarda (coleta, estudo, documentação, conservação) e comunicação (exposição, projetos educativos, ação sociocultural e avaliação) (Cunha, 2010). No centro de Belo Horizonte, no circuito cultural da Praça da Liberdade, está o Prédio Rosa (Figura 1), arquitetura barroca inaugurada em 1897, que abriga desde 2010 o MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal.

A exposição inicial, “Espaço do Aço”, apresenta de forma interativa a importância do aço, seu papel na economia circular e inovações. No primeiro andar, o público percorre a memória das minas de Minas Gerais e seus minerais principais, como ferro, ouro, manganês, entre outros.

**Figura 1** – Fachada do Prédio Rosa.



**Fonte:** Site da instituição, 2023.

Na Sala das “Minas” (Figura 2), um elevador simula a profundidade da histórica Mina de Morro Velho, explorada desde 1835, a mais antiga mina de ouro em atividade contínua. Outras minas do estado também são apresentadas, evidenciando sua riqueza mineral.

**Figura 2** – Projeção da Mina de Morro Velho.



**Fonte:** Portal Oficial de Turismo de Minas Gerais. Museu das Minas e do Meta, 2023.

A instalação “Vil Metal” permite valorizar *commodities* em ouro, relacionando atividades econômicas históricas. A sala “Espelho Mágico” oferece a experiência interativa de “vestir” joias de diversas épocas, proporcionando uma vivência única ao visitante. Já a sala “Minerais do Brasil” (Figura 3), dedicada ao Prof. Dr. Álvaro Lúcio, apresenta cerca de 400 espécies minerais brasileiras, incluindo amostras raras e valiosas, consideradas as melhores do país.

**Figura 3** – Sala “Minerais do Brasil”.



**Fonte:** Site da instituição, 2023.

Ao final, a instalação sobre sustentabilidade convida o visitante a deixar uma mensagem de otimismo, estimulando a reflexão sobre o futuro do planeta. A visita evidencia a importância da mineração e da metalurgia para a identidade, economia e memória de Minas Gerais, atividades que acompanham a história do estado e de seus habitantes.

Pollak (1992), em seu artigo intitulado de Memória e Identidade Social, afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. Ele afirma que a identidade é um reflexo das memórias, de si e dos outros, e, portanto, ela é uma representação. Pollak apresenta o possível confronto entre a memória individual e a memória dos outros e deixa explícito que ao mesmo tempo que a memória é um fator importante para a construção de uma identidade, ambos são fenômenos construídos e seus valores são, portanto, disputados em conflitos sociais e políticos.

No âmbito das memórias coletivas, o Museu das Minas e do Metal cumpre o papel de criar uma identidade unificada acerca do que a mineração e o extrativismo representam positivamente ao estado e na vida de cada visitante. Falando em memórias individuais, ao apresentar ao visitante a possibilidade de se integrar à experiência museal, o MM Gerdau Museu das Minas e do Metal gera identificações em cada um dos visitantes com os elementos minerais. Esses fatores reforçam o sentimento de continuidade e coerência, resultando em uma identidade de riqueza compartilhada por todos sem nenhum questionamento ou problematização.

Segundo Cunha (2010), uma boa exposição deverá estar baseada em um eficiente sistema documental que lhe embase os conteúdos, em excelente programa de conservação que possibilite ao museu cumprir seu papel de salvaguarda do patrimônio, e é preciso que a instituição se preocupe a ter um amplo programa de ações culturais e educativas, entendendo-se como um espaço a ser utilizado para o desenvolvimento social, para a elaboração e reelaboração de identidades e afirmação de cidadanias.

O MM Gerdau- Museu das Minas e do Metal, por meio de sua expografia, oferece ao público uma representação das riquezas que compõem a identidade do estado. Entretanto, sabe-se que historicamente não é só de ouro, minerais e pedras preciosas se fazem as memórias e a identidade dos mineiros. Diversos conflitos sociais e ambientais fazem parte das memórias que estão ocultas entre seus acervos. Quando falamos em mineração, o estado de Minas Gerais faz todo o jus ao seu nome. Segundo dados da Companhia de Desenvolvimento

Econômico de Minas Gerais - CODEMIG (2021), o Estado extrai mais de 300 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e responde por cerca de um terço de toda a produção mineral do país, por 40% da produção de minerais metálicos e por aproximadamente 50% de todo o ouro produzido no Brasil. Minas Gerais é o maior produtor do país de zinco, ouro, fosfato, grafita, lítio e calcário, além de ser responsável pela extração de 75% de todo o nióbio do mundo. Toda essa produtividade é resultado da forte ligação da atividade com a história e a identidade do estado.

Quando um Barão adquiriu, no séc. XVII, uma das maiores minas do país e aplicou seus recursos para desenvolver a indústria mineral brasileira, dedicou-se à exploração das reservas de minério de ferro, construiu a Imperial Fábrica de Ferro nas proximidades de Congonhas do Campo.

É interessante, mas lastimável, notar que a presença das empresas inglesas de mineração de ouro no Brasil, com todo o drama humano que isto representou, não despertou um real e válido interesse entre nossos historiadores e sociólogos, tão numerosos, se recenseados por títulos e atos de autopromoção. É louvável a recente iniciativa da Mineração Morro Velho S/A, que organizou seu Memorial, sinalizando que pretende proteger, resgatar, conservar a sua memória, impedindo que com ela aconteça o que destruiu outros valiosos acervos. Nós ousamos sugerir à Mineração Morro Velho S/A lançar um desafio a quem queira e possa, poder no sentido de ser capaz, de redesenhar o drama da presença dos ingleses em Minas Gerais, bem cômodos que por eles foram aqui trazidos, italianos e espanhóis etc. (Silva, 1995, p. 78).

A Mineração Morro Velho, hoje a multinacional AngloGold Ashanti Brasil Mineração, é um complexo de minas de ouro localizado próximo à cidade de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. A produção da mina aumentou rapidamente nos primeiros anos, e a empresa incentivou a imigração de cidadãos britânicos para o Brasil para trabalhar na mina. A companhia também utilizou mão de obra escravizada, que predominou em sua força de trabalho na mina até a abolição no final do século XIX. A partir daí, segundo o autor, a mineradora passou a trazer imigrantes europeus para trabalhar nas minas. Neste ponto, Silva (1995) faz um questionamento a respeito do Memorial da Mineração Morro velho: a invisibilização das memórias dos trabalhadores emigrantes e todos os outros que vieram para trabalhar nas minas, suas histórias e interações sociais que também integram as memórias e a identidade do estado. Embora ele não faça um bom recorte racial sobre o tema, Silva (1995)

analisa neste trecho o museu que existia dentro da antiga mineradora. Mas essa fala poderia muito ser feita pelo Museu MM Gerdau das Minas e do Metal.

Se a atividade econômica e as riquezas que resultam dela estão muito presentes nas vitrines do museu, os trabalhadores que operam todo esse sistema parecem não existir na história. A memória da riqueza, da abundância, dos minerais escondidos no solo mineiro se confronta com uma história cheia de conflitos sociais que certamente influenciaram também na formação da identidade do estado, mas que por diversos motivos não interessa ao museu abordá-los.

Segundo Pollak (1992), tanto a história quanto a memória são seletivas. A memória, seja individual ou coletiva, é relativa e, portanto, não consensual. A história, por sua vez, escolhe consciente ou inconscientemente os problemas e métodos a abordar. Assim, múltiplas narrativas e memórias podem coexistir, mas é desejável que sempre se pense na história como uma ferramenta reflexiva e problematizadora que amplie a compreensão da experiência humana. A sensibilidade em negociar o que exibir ou ocultar num museu envolve reconhecer que, por trás das exposições, há um corpo afetivo, uma memória vivida que mostra influência novamente, consciente ou inconscientemente.

No Museu MM Gerdau das Minas e do Metal, a narrativa expográfica contribui para que a mineração, apesar dos aspectos violentos, seja um elemento central da identidade dos moradores. Após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que matou 270 pessoas e causou graves impactos ambientais, o risco persiste: segundo o jornal *El País* (2020), ao menos 50 barragens em Minas Gerais são consideradas de alto risco pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que também contabiliza cerca de 400 minas desativadas no estado. Esses dados revelam que a mineração permanece forte nas tradições e memórias locais, mas continua sujeita aos seus impactos, muitas vezes sem o devido senso crítico.

Nesse contexto, a Museologia deve cumprir sua função social educando por meio do debate e fomentando ideias para o futuro. A necessidade urgente de informar rapidamente gera uma “Crise Informacional” — termo de Castro e Ribeiro (1997) — marcada por questionamentos sobre a verdade e pela perda de controle sobre a produção da informação. Como ela é ambivalente e subjetiva, combater a desinformação em exposições exige rigor na curadoria, seleção cuidadosa e verificação das fontes, além da colaboração com especialistas (Farias, 2010). Expor é revelar e propor, apresentando concepções do mundo por meio de

discursos visuais e espaciais, onde tanto o que é mostrado quanto o que é oculto traduzem sentidos e ideias. A educação voltada ao público é essencial, incluindo ações para identificar desinformação e a importância de verificar fontes, por meio de painéis, vídeos ou workshops (Posetti; Bontcheva, 2020). A transparência das fontes, com referências claras, reforça a confiabilidade do museu (Farias, 2012). A interatividade, também destacada por Farias (2012), pode ser uma poderosa ferramenta para estimular o pensamento crítico, usando tecnologias e jogos que desafiam a distinção entre fatos e desinformação.

A desinformação conhecida como infodemia (Rothkopf, 2003), propagada por meio das chamadas *fake news*, além de descredibilizar os dados e o conhecimento, também influencia nas decisões, opiniões e até mesmo políticas públicas. Mais do que a qualidade dos dados, há também um grande fluxo de informações disponíveis ao público. Segundo Kalil e Santini (2020) o termo infodemia refere-se a uma sobrecarga de informações de diversos contextos, desprovidas de tratamento e credibilidade, podendo ser falsas, distorcidas e fundamentadas em suposições em vez de evidências. Desta forma, é necessário que se busquem ferramentas capazes de gerar uma resposta eficaz e coordenada, que só pode ser alcançada por meio da colaboração entre diversos campos do conhecimento, destacando-se a Ciência da Informação.

Neste contexto, é vital reconhecer a importância dos profissionais ligados à Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e áreas afins. Esses atores desempenham um papel crucial na promoção da alfabetização midiática, na curadoria de conteúdo confiável e na disseminação de práticas informacionais éticas. Suas contribuições são fundamentais para a construção de uma sociedade informada, crítica e consciente assim como abordado por Araújo (2021).

Etimologicamente, existem muitos sentidos ao termo informação, desde a concepção geral presente em verbetes de dicionários comuns, até as reflexões mais aprofundadas e específicas dos pesquisadores da Ciência da Informação ou Comunicação. Segundo Soares Amora (2009, p. 389), “informar é ação ou efeito de informar-se; opinião sobre alguém; instrução; direção”. Já na Ciência da Informação, informar vai além do “sinônimo de mensagem, notícias, fatos, eventos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento” (Messias, 2006, p. 23) a fim de assumir uma dimensão mais específica e complexa. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXIII, insere o acesso

à informação no rol dos direitos fundamentais como uma expressão democrática, fruto da união da esfera social e política. O acesso à informação somente é pleno quando democratizado, atingido sua função social. Isto se dá quando o usuário é capaz de acessar a informação, satisfazendo sua necessidade informacional. Logo, o acesso à informação “trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas.” (Jardim, 2012, p. 2). Segundo Bourdieu (2006), a agenda política e os modos de gestão da informação têm que ser impactados pelo princípio da transparência nas informações oferecidas pelo Poder Público. Da mesma forma, as instituições museais devem se preocupar com a transparência no trato das informações e na maneira como as oferecem aos públicos.

Da mesma maneira que a infodemia está ligada à quantidade de informações que usuário recebe, a desinformação nos museus também está ligada ao acúmulo de objetos e a necessidade de se buscar ferramentas que resolvam o problema dos acervos nos museus. Segundo Demo (2000),

Desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos. Estudos sobre a tessitura do conhecimento apontaram frequentemente para esta característica ambivalente, a começar pela ideia de “conhecimento proibido”. Esta noção tão comum na sociedade e em muitos de seus mitos e narrativas religiosas (por exemplo, no Gênesis, o pecado propriamente dito de Adão e Eva foi comer da árvore do conhecimento), aponta para a periculosidade própria do conhecimento: quanto mais inovador, menos bem comportado. Emancipar-se, com efeito, implica capacidade de confronto, quebra da ordem vigente considerada impositiva e injusta, consideração de alternativas. Sua face disruptiva parece evidente, porque conhecer implica intrinsecamente questionar. Sua tendência desconstrutiva é frontal, embora possa ser facilmente dissimulada. (Demo, 2000. p. 39)

Paim e Nehmy (1998) afirmam que no contexto da Ciência da Informação, a desinformação tem duplo aspecto, o da má fé na divulgação de notícias falsas, e o da ausência de competência em informação para acesso e uso que satisfaça a necessidade informacional do usuário. Fato que, segundo os autores, limita a aquisição de novos conhecimentos e a atuação reflexiva das pessoas no seio social. Pinheiro e Brito (2014) ratificam o posicionamento de Paim e Nehmy ao colocarem que a ausência de informação desencadeia a desinformação. No processo de documentação, o museu atua essencialmente na produção de conhecimento e na transformação do objeto em documento ao ser acolhido

em seu interior. Lara Filho (2009) evidencia isso ao dizer que ao colecionar objetos e documentos o museu aproxima-se da biblioteca e do arquivo, no plano funcional, uma vez que todos eles trabalham com coleções, catálogos, classificações, identificação e conservação. Para o autor, não é possível enxergar a exposição como um processo de documentação em si, mas defende os princípios de organização e tratamento dos objetos como documentos na intenção de que seja extraído deles uma quantidade de informações com o objetivo de mostrar de forma didática, acessível e que agrade aos públicos. O museu deve trabalhar com a busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que se estabelecem na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e de participação efetiva dos públicos nas exposições.

Retornando no início da vida dos museus, os gabinetes de curiosidades como eram chamados antigamente, criados por volta do século XVII, tinham por finalidade reunir uma quantidade considerável de objetos que representassem as produções do homem no mundo. Muitos desses espaços foram formados por grupo de pessoas afins, intelectuais na sua essência, que constituíam uma dada sociedade e possuíam interesse em comum por determinados assuntos, como também por indivíduos que se atraíam por acumular uma grande quantidade de objetos, de variadas tipologias, em suas casas; e que também buscavam exibir peças exóticas que retratassem de uma forma universal, seu interesse pelas coisas (Burke, 2003). Com a criação desses espaços, percebe-se um acúmulo desordenado de informação que aumentava consideravelmente devido a variedade tipológica de objetos e documentos que surgiam de todas as partes do mundo. De acordo com o Estatuto Brasileiro de Museus, Lei nº 11.904/2009 (art. 10), é considerado museu:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, Padilha (2014) enfatiza que a finalidade de pesquisa, determinada em lei, para abordarmos as questões referentes a essa função em que os museus devem desenvolver suas práticas institucionais, tanto para a realização das suas atividades como também para tornar acessível seu acervo ao público e pesquisador especializado. Segundo a autora, o museu possui finalidade essencialmente cultural, seu acervo consiste de criações

artísticas ou de produtos materiais criados pelas comunidades servindo de informações visuais, por meio de um suporte físico, que testemunha uma determinada época ou atividade. O acervo é formado por objetos bi ou tridimensionais, de ampla variedade tipológica, podendo ser de cunho antropológico, etnográfico, arqueológico, artístico, de ciências naturais e/ou história natural, ciência e tecnologia, imagem, som e digital. De tal maneira, consideramos imprescindível que as etapas de desenvolvimento das coleções sejam cumpridas ordenadamente, da entrada do objeto no museu à disseminação da informação, para que assim os passos que correspondem à tríade preservação, pesquisa e comunicação sejam possíveis.

Notícias falsas sempre existiram nas mais variadas conjunturas e foram propagadas também como critério de dominação. Morgan (2018) aponta que é um fenômeno que remonta à Antiguidade grega. No entanto, nos últimos tempos com a velocidade da internet e a disposição das redes sociais, as chamadas *fake news*, tidas como notícias falsas, tomaram conta do cenário nacional e internacional, principalmente com a disseminação e proporção gigantesca de desinformações espalhadas nos últimos processos eleitorais de países como EUA e Brasil.

A informação é, em si, ambivalente, tanto em quem a pronuncia, quanto em quem a recebe. Em todos os momentos, passa pelo filtro da subjetividade, além de sua dimensão estar limitada pelo aparato perceptivo e conceitualizador. Por isso, para combater a desinformação em exposições museológicas é essencial garantir que o público receba informações precisas e confiáveis.

Dado o público heterogêneo dos museus, o desafio é garantir compreensão e significado para o maior número possível de visitantes. Embora a disseminação do conhecimento possa ocorrer por outros meios, como publicações e vídeos, a exposição destaca-se por seu caráter dinâmico e democrático, estando “aberta ao público” e esperando o engajamento do visitante. Por isso, sua produção deve se basear em ampla documentação e pesquisa histórica do acervo, um processo interdisciplinar que demanda recursos humanos, tecnológicos e materiais. Por fim, é fundamental que as instituições museológicas estejam atentas ao *feedback* do público, criando canais para identificar e corrigir rapidamente eventuais erros ou informações equivocadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da compreensão de que os museus, tradicionalmente reconhecidos como lugares de memória, são também espaços de produção, mediação e disputa de narrativas. Ao longo da análise, buscou-se compreender de que maneira a documentação museológica e os processos de musealização podem contribuir, ou limitar, o cumprimento da função social dos museus, especialmente em um contexto contemporâneo marcado pela intensificação da desinformação.

A partir do diálogo com a Museologia Social, foi possível reiterar que a memória institucionalizada nos museus não é neutra, mas atravessada por relações de poder que determinam o que é preservado, comunicado e legitimado como patrimônio. Nesse sentido, o estudo de caso do MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal demonstrou que, embora a instituição se configure como um espaço relevante de difusão do conhecimento e valorização da identidade mineira, sua narrativa expográfica tende a privilegiar uma leitura positiva da mineração, em detrimento de outras dimensões fundamentais, como os conflitos sociais, ambientais e históricos associados a essa atividade.

Tal constatação reforça a compreensão de que a desinformação, no contexto museológico, não se manifesta apenas pela circulação de informações falsas, mas também pela omissão, silenciamento ou ausência de determinadas narrativas. Assim, a análise evidenciou que os processos de documentação e seleção do acervo desempenham papel central na construção desses discursos, uma vez que condicionam as possibilidades de interpretação e apropriação da informação pelos públicos. Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui ao aproximar os campos da Museologia Social e da Ciência da Informação, ao evidenciar a documentação museológica como um dispositivo estratégico de mediação informacional. Ao compreender o objeto museal como documento e a exposição como discurso, reforça-se a necessidade de práticas documentais mais críticas, transparentes e comprometidas com a diversidade de narrativas, ampliando o acesso à informação e fortalecendo o papel social dos museus.

No âmbito prático, destaca-se a importância de que as instituições museológicas adotem estratégias que promovam maior transparência na construção de suas narrativas, incluindo a explicitação de fontes, a incorporação de múltiplas vozes e a problematização de

conteúdos expográficos. Além disso, a ampliação do acesso aos acervos por meio de sistemas digitais e a valorização de processos participativos podem contribuir significativamente para a democratização da informação e para o fortalecimento do vínculo entre museu e sociedade.

Cabe ainda reconhecer que este estudo apresenta limitações, especialmente no que se refere à análise de um único estudo de caso e à ausência de investigação aprofundada sobre a recepção do público. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras possam explorar a percepção dos visitantes acerca das narrativas museológicas, bem como ampliar o corpus de análise para outras instituições, possibilitando comparações e aprofundamentos.

Por fim, reafirma-se que, em um cenário de crise informacional e proliferação da desinformação, os museus têm um papel estratégico na construção de uma sociedade mais crítica e informada. Para tanto, é fundamental que assumam sua condição de agentes ativos na mediação da informação, comprometendo-se não apenas com a preservação da memória, mas com a promoção de debates, a inclusão de múltiplas perspectivas e o fortalecimento da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Ávila. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.br/ojs/index.php/informacao/article/view/69599>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm).

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museu: aquisição/documentação: tecnologias apropriadas para a preservação dos bens culturais*. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CARVALHO, Luciana Menezes de. *Do museu à museologia: constituição e consolidação de uma disciplina*. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy2\\_of\\_luciana\\_menezes\\_de\\_carvalho.pdf](https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy2_of_luciana_menezes_de_carvalho.pdf).

CASTRO, Ana Lucia Siaines de. *O museu do sagrado ao segredo*. Rio de Janeiro: Revan, 2009. p. 121-144.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. *Transinformação*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/issue/view/255>.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 13, 1999.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 19, n. 19, 2002.

CHAGAS, Mário. + Direito à Memória. *Rede Museus: Memória e Movimentos Sociais*, [s.l.], 2010, p. 1. Disponível em: <https://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com/2010/09/direito-memoria-mario-chagas.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CODEMIG - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS. *Atuação: mineração*. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://www.com.br/atuacao/mincodemigeracao/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CUNHA, Marcelo. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. *Revista Magistro*, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, 2010.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>.

EL PAÍS Brasil. Tragédia de Brumadinho: As 50 barragens em alto risco que mantêm a bomba-relógio da mineração em Minas. *El País*, [s.l.], 23 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-23/as-50-barragens-em-alto-risco-que-mantem-a-bomba-relógio-da-mineracao-em-minas.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FARIAS, Sandra Martins. A exposição como meio de comunicação museológica. *Revista Arqumuseus*, São Paulo, 2012.

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IPHAN. *Estudos Museológicos*, Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. (Cadernos de Ensaio, 2).

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *PNEM: Política Nacional de Educação Museal*. Brasília: Blog do Programa Nacional de Educação Museal, 2013.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/266>.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. *Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política*. Relatório de pesquisa. Divulgado em 1º de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ.

LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. *TransInformação*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-169, maio/ago. 2009.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares*, Évora, n. 1, 2013. DOI: 10.4000/midas.78. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/78>.

MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva. *Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2006.

MINAS GERAIS. Portal Oficial de Turismo de Minas Gerais. *Museu das Minas e do Metal*. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/belo-horizonte/museu-das-minas-e-do-metal>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal. *Exposições de longa duração*. Disponível em: <https://mmgerdau.org.br/exposicoes-de-longa-duracao/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MOURA, Marisa Helena Gonsalves de. *Museologia e História: diálogos, tensões e perspectivas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

PAIM, Rosa Maria Quadros; NEHMY, Isis. A desconstrução do conceito de qualidade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/05.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. *Data Gram Zero*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16135>. Acesso em: 2 out. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. *Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a COVID-19*. Paris: UNESCO, 2020. 16 p. (Resumo de políticas, 1). Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por).

PRIMO, Judite. Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 16, n. 16, 1999.

REIS, Marcos Santos; MORAIS, João Batista Ernesto de; BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JUNIOR, Raimundo Lourenço dos. Análise documental na Museologia: um breve exercício de identificação de conceitos. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, n. 2, p. 90-102, maio/ago. 2019.

ROTHKOPF, David J. When the Buzz Bites Back. *The Washington Post*, Washington, 11 maio 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RÚSSIO, Waldisa. Museu, museologia, museólogos e formação. *Revista de Museologia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-11, 1989.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 19, p. 101-118, 2001.

SILVA, Olintho Pereira da. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11523>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SOARES AMORA, Antônio. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. Organização de Afonso Telles Alves. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

**Uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG):** As autoras declaram o uso de ferramentas de IAG (ChatGPT/OpenAI) para apoio na revisão gramatical e organização de referências bibliográficas de acordo com a ABNT. Todo o conteúdo deste artigo foi desenvolvido e revisado criticamente pelas autoras, que se responsabilizam integralmente pelo texto final, interpretações, referências e conclusões apresentadas.